

MUDANDO OS RUMOS DA AVALIAÇÃO

Entrevista com Guilherme Werneck POR BRUNO C. DIAS



Um novo grupo de trabalho criado por Carlos Nobre, presidente da Coordenação e Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (Capes), está com a tarefa de - como trata a própria portaria nº 132 - ‘realizar o diagnóstico da pós-graduação brasileira com a finalidade de avaliar o estágio e uma reflexão sobre o seu futuro’. Para Guilherme Loureiro Werneck, esta é uma possibilidade para se repensar a essência do sistema de avaliação dos programas de pós-graduação (PPGs).

“Como campo, devemos sim contribuir para repensar o Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG). Será que o futuro da Pós-Graduação do Brasil não mereceria um modelo de avaliação híbrido, baseado em normas e em critérios? Temos de construir soluções nos horizontes de curto, médio e longo prazos, pois se ficarmos sempre pensando em mudanças imediatas, daqui a 10 anos nós vamos continuar com o mesmo modelo de avaliação”, argumenta Werneck, coordenador da área de Saúde Coletiva junto à agência do Ministério da Educação (MEC).

À frente da tarefa desde setembro do ano passado, o professor dos programas de pós-graduação do Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IMS/Uerj) e do Instituto de Estudos em Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IESC/UFRJ) abordou este e outros pontos em entrevista realizada nos últimos dias de outubro.

As normas que fundamentam o sistema avaliativo hoje aplicado, para Werneck, constituem-se em verdadeiras ‘cláusulas pétreas’ que já não servem mais frente aos desafios contemporâneos e nem proporcionam a devida validação da produção intelectual comprometida com a transformação social, um traço constitutivo e intrínseco da Saúde Coletiva, segundo o docente.

Formado em Medicina em 1985, mestre pelo próprio IMS onde hoje leciona, e doutor em Epidemiologia pela Escola de Saúde Pública da Universidade de Harvard, ele comenta ainda a proposta de qualificação da produção técnica, apresentada pelo Fórum de Coordenadores dos Programas de Pós-graduação em Saúde Coletiva da Abrasco durante o Seminário de Acompanhamento de Meio de Termo da área, realizado em 24 e 25 de agosto, e outros temas - cotidianos, necessários e que refletem o pensamento da Saúde Coletiva e da própria Academia Brasileira.

ABRASCO: Você já coordenou a pós-graduação das duas instituições nas quais leciona. O que te fez abraçar essas responsabilidades?

GUILHERME WERNECK: A gente tem de cuidar do campo da Saúde Coletiva, cuidar conceitualmente, como prática e como campo de conhecimento para que ele cresça e não se descaracterize. Todos os docentes que têm um compromisso com a Saúde Coletiva devem, se possível, exercer essas tarefas por meio da gestão acadêmica. Sempre aceitei esses desafios com o intuito de contribuir para ampliar e aprofundar as discussões que o campo enfrenta cotidianamente.

ABRASCO: Como você avalia atualmente o cenário da pós-graduação em Saúde Coletiva?

GW: Atualmente, somos 85 programas de pós-graduação, quase metade são mestrados profissionais. Isso torna a SC uma das áreas mais importantes na formação profissional *stricto sensu*. O campo cresceu, se qualificou e hoje é muito respeitado pelas demais áreas do conhecimento. De fato, a pós-graduação é um ponto forte, mas existem muitas questões. O grande desafio diz respeito ao seu papel no fortalecimento do nosso Sistema Único de Saúde, para provê-lo de ideias que permitam, mesmo sob o eterno ataque e risco de colapso, sua renovação e desenvolvimento.

ABRASCO: Como pensar a produção do conhecimento no século 21 se ainda mantemos e trazemos tantas estruturas - até hoje validadas - do século 16?

GW: Esse debate tem muitos pontos de vista. Se pensarmos historicamente, a pesquisa entra muito tardiamente na universidade brasileira, numa incorporação elitista, quase um subconjunto que se apropria desse território enquanto a grande massa dos professores universitários não tem participação direta. Não há como pensar a pesquisa científica em Saúde Coletiva desconectada desse contexto. De certa forma, a valorização do que é produto científico aqui no Brasil se vincula a conceitos exteriores ao nosso contexto social. Isso é um dilema, principalmente para o nosso campo, que tem um compromisso com a transformação social. Só recentemente vem acontecendo tentativas de afirmar outros modos perante o modelo dominante de produção científica.

ABRASCO: No entanto, esse cenário foi importante para a Saúde Coletiva?

GW: É inegável que foi e é positivo para a SC ser reconhecida como um campo competitivo internacionalmente. Mas neste processo, de alguma forma, emergiu um desbalanceamento, pois há eixos de produção do conhecimento no campo da Saúde Coletiva que mais facilmente se adequam a esse modelo, mais especificamente a Epidemiologia. Sabemos que as demais áreas formadoras do campo, caso das Ciências Sociais e Humanas em Saúde e dos estudos em Política, Planejamento e Gestão, o modo de produção científica tem particularidades; talvez não se adequando tão fortemente a esse modelo, valorizado não só aqui no país, no contexto da avaliação de programas de pós-graduação, mas também mundialmente.

ABRASCO: Quando se reforça um modelo e um modo de produção científica não se nega os demais? Como equilibrar o reconhecimento do modelo vigente sem perder as origens?

GW: Não podemos perder de vista que a produção do conhecimento e a sua divulgação é essencial, seja na forma de artigos ou em livros bem qualificados. Mais do que essencial, é um dever ético, pois boa parte das nossas pesquisas é financiada por dinheiro público e deve derivar algo de domínio público. Se alguma coisa positiva podemos tirar desse processo é que as pessoas aprenderam isso. É importante que os cursos e os programas sejam ambientes de pesquisa de boa qualidade, que consigam não só formular boas perguntas, mas também captar recursos e divulgar seus resultados.

A avaliação de PPG possui outro eixo fundamental: a qualidade da formação de mes-

Explorar novos indicadores e fortalecer nossa capacidade de avaliar os outros itens é uma forma de desmistificar a visão da produção científica como o vetor central da avaliação

tres e de doutores. Existe uma dimensão da formação que talvez não esteja sendo tão valorizada vis a vis a produção científica, dimensão esta que acaba dominando relativamente o processo de avaliação. Temos de nos questionar: estamos formando mestres e doutores qualificados para exercer a docência e a pesquisa em Saúde Coletiva? É urgente que saibamos avaliar isso. Além desses, existem ainda mais aspectos, como a inserção social. A SC é um campo que se pretende como transformador da realidade social. Até que ponto os programas estão cumprindo com esse papel? Esse também é um aspecto que deveria ser mais bem considerado e analisado pelos próprios cursos e PPGs. Trazer os temas da formação discente e da inserção social para o foco do processo avaliativo pode ser uma forma de reequilibrar os diferentes eixos de avaliação, retirando da produção científica a primazia neste processo.

ABRASCO: Em suas apresentações, você fala das 'cláusulas pétreas' que formatam a avaliação da Capes. Qual sua análise sobre o sistema avaliativo da agência?

GW: A discussão sobre a avaliação da pós-graduação brasileira deveria começar da seguinte forma: há de se reconhecer que o sistema em curso trouxe muitos benefícios, no sentido da sua consolidação. Ao mesmo tempo, precisamos perceber que ele já não dá conta de todas as necessidades da sociedade contemporânea e ajustes precisam ser feitos. Para isso, temos de olhar para a base do modelo, erguido não sob critérios, mas sim sob normas. É este conceito de avaliação normativa que considero como uma verdadeira cláusula pétrea da avaliação. O sistema exige, necessariamente, que se hierarquizem os PPGs. Logo, é um sistema de avaliação relativo, no qual sempre vão existir os melhores e os piores.

Por estarmos amarrados a um sistema de avaliação normativo, é preciso encontrar indicadores que discriminem os PPG para satisfazer a necessidade de hierarquização. Atualmente, a produção científica ocupa este papel. Sabemos como o mecanismo funciona: Ao analisar a produção científica dos docentes permanentes dos PPGs, olha-se principalmente onde essa produção foi veiculada, assumindo a validação pelo sistema de *peer review*. A classificação do que é um periódico melhor ou pior é fundamentalmente baseada em fatores de impacto, também cheios de problemas muito bem expressos na literatura. Acaba-se formatando todo um sistema avaliativo com esses defeitos de origem. A grande vantagem desse modelo é se adequar a uma avaliação em larga escala. Entre 2013 e 2014, os 75 PPGs do campo em funcionamento divulgaram



Guilherme Loureiro Werneck é professor do Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IMS/Uerj) e do Instituto de Estudos em Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IESC/UFRJ)

sua produção científica em mais de dois mil periódicos. Foram mais de 6,5 mil artigos só em dois anos. A desvantagem é clara também, pois utilizamos proxys de coisas que não necessariamente funcionam de forma a captar o que gostaríamos, por exemplo, o impacto científico e social desta produção.

ABRASCO: Na sua visão, o que deve ser valorizado na produção científica em SC?

GW: É uma resposta difícil, mas enquanto não a tivermos, talvez possamos estar sinalizando que não temos clareza do que é ou não é importante para o campo. Como valorizamos o veículo onde são divulgados os artigos, podemos estar qualificando pesquisas totalmente dissociadas do campo da Saúde Coletiva. Muita pesquisa que é feita na área de Saúde Coletiva eventualmente não tem uma interface tão grande para prover soluções para o sistema de saúde. Isso é um cuidado que a gente tem de ter na questão da avaliação. É claro que se busca aproximar deste objetivo, separando os periódicos que são ou não da Saúde Coletiva. Isso contribui no sentido de valorizar a produção das revistas identificadas com o campo, mas ainda assim, há estudos que não são tipicamente de SC publicados nestes periódicos e vice-versa. Veja, estes artigos podem ter interesse científico, mas talvez não seja o tipo de produção científica que a gente queria dar mais valor, o tipo de produto esperado de um doutor em Saúde Coletiva.

ABRASCO: Como então influenciar ou até mesmo propor outro sistema?

GW: Como campo, devemos sim contribuir para repensar o SNPG. Será que o futuro da Pós-graduação do Brasil não mereceria um modelo de avaliação híbrido, baseado em normas e em critérios? Temos de construir soluções nos horizontes de curto, médio e longo prazos, pois se ficarmos sempre pensando em mudanças imediatas, daqui a 10 anos nós vamos continuar com o mesmo modelo de avaliação. Esse é o grande impasse: como fazer mudanças considerando que elas têm e terão muita dificuldade de serem implementadas de imediato?

Em longo prazo, vejo a necessidade clara de reformular a lógica do sistema de avaliação, adotando um modelo híbrido, com normas e critérios. Em curto prazo, para a avaliação que se avizinha daqui a um ano e meio, proponho que a gente faça as mudanças possíveis dentro do atual modelo, para reduzir os problemas existentes e que vão, apesar destas intervenções pontuais, continuar. No entanto, pode-se tentar fazer ajustes para, principalmente, minimizar desequilíbrios que existem, como determinada forma de produção do conhecimento ser mais ou menos valorizada. Acho que podemos incorporar as melhores produções, mas não baseado na produção do docente, mas sim na produção do programa. São 85 programas, se cada um apresentar suas 10 melhores produções ao longo de um quadriênio, serão 850 produtos a serem avaliados, um número razoável, mas ainda considerável. Entretanto, continuam existindo vários problemas, pois os PPGs têm características diferentes, tanto em número de docentes permanentes quanto formatos e temáticas abordadas. A gente precisa entrar em consenso para não acabar penalizando nenhuma dessas particularidades, que é a verdadeira face da Saúde Coletiva, a nossa própria diversidade.

ABRASCO: Você encontra eco desse debate entre os demais coordenadores do Conselho Técnico-Científico (CTC) da Capes?

GW: As 48 áreas de conhecimento da Capes precisam dialogar mais. Para algumas delas, o sistema funciona perfeitamente. Não vou dizer que há áreas sem nenhuma crítica. Todas elas têm as suas, mas acredito que para as áreas reconhecidas tipicamente como ciência tradicional o sistema funciona bem, mesmo enfrentando problemas. Pense na Matemática. Tem todo um campo voltado para a formação profissional em educação básica que também não se adequa perfeitamente ao modelo da produção científica de alto nível como o da pesquisa em Matemática pura e aplicada. Enfrentam os problemas semelhantes aos nossos, pois são áreas comprometidas com o desenvolvimento do país. Temos de conhecer melhor as outras áreas no sentido de ver as dificuldades por elas enfrentadas e, com elas, tentar construir algum tipo de convergência a partir do que for importante, sempre respeitando as peculiaridades de cada área.

É preciso ver também em perspectiva, para além dos mandatos dos coordenadores. Temos de pensar em estratégias de atuação que envolvam também a nossa Associação e demais sociedades científicas e acadêmicas.

Em longo prazo, vejo a necessidade clara de reformular a lógica do sistema de avaliação, adotando um modelo híbrido, com normas e critérios

Temos suficiente massa crítica, inclusive com grandes pesquisadores inseridos em órgãos e instituições de âmbito nacional para ampliar essa discussão.

ABRASCO: E como CNPQ? O CTC consegue estabelecer diálogos?

GW: A troca com o CNPQ só poderia melhorar. Se vai, ninguém sabe. Claro que existem grupos de trabalho e conversas entre as agências, principalmente nos programas de maior interação, como o Ciências Sem Fronteiras. Os sistemas são bem independentes, inclusive na estruturação das árvores do conhecimento. Surgiram boatos de uma eventual fusão, logo refutada na comunidade científica. Um dos principais medos é uma eventual redução da diversidade das áreas. Essa sistemática das reuniões entre as coordenações e a participação e o acompanhamento em áreas diferentes faz com que haja uma integração rica para a compreensão da ciência e da academia brasileira. Por outro lado, o CNPQ tem uma estrutura em sistemas de informação que poderia colaborar com a Capes, sempre respeitando as diferenças.

ABRASCO: O SNPG não é formado apenas pelos programas e pelas agências de fomento. Em nível macro, há diálogo entre coordenadores e pró-reitores?

GW: No CTC há um representante do Fórum de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação (FOPROP), com posições bem interessantes. A participação é muito importante, mas é só um, não temos o contato estreito que deveríamos. São as pró-reitorias que chancelam o que foi produzido pelos programas, via Plataforma Sucupira. Essa informação passa a ser oficial e consta como seu relatório. Na última reunião do CTC, cada área falou sobre o seu Seminário de Acompanhamento por cinco minutos, com presença do Conselho Executivo do FOPROP. Percebi que alguns pró-reitores assumem o discurso dos programas, outros o do SNPG. As pró-reitorias devem ouvir os PPGs, é claro, mas deveriam funcionar melhor como reverberadoras do que é consensuado em termos de SNPG dentro das universidades. No entanto, em cada local há uma atuação diferente dessas instâncias.

ABRASCO: Há cerca de dois anos o Fórum de Coordenadores dos PPGSC debate formas de avaliar e classificar a produção técnica. Como está o debate no Comitê Técnico Científico (CTC)?

GW: O Fórum discute esse tema há um tempão e o CTC também. A questão colocada é como conseguir avaliar essa produção nesses diferentes perfis e, ao mesmo tempo, obter essa informação no registro da Plataforma Sucupira. No Seminário de Acompanhamento esse assunto apareceu de novo e percebemos que a proposta de qualificação da produção técnica apresentada pelo Fórum mostrou certa inconsistência com as informações que de fato podemos ter por meio da Plataforma Sucupira. A aplicação da proposta precisará de ajustes, pois a avaliação deverá se basear nos dados da Sucupira. Muito provavelmente vamos perder algu-

mas informações que gostaríamos de ter. Mas é também o momento de dizer quais pontos a Plataforma precisa ser modificada para incorporar aspectos considerados essenciais pelo campo para uma melhor avaliação.

ABRASCO: O debate sobre a produção técnica está diretamente ligado ao debate sobre a apropriação do conhecimento e sua aplicação no SUS, certo?

GW: Exato, e isso é uma das coisas que me anima frente ao tema. Se formos analisar as formas como a gestão se apropria do conhecimento, teremos de considerar vários aspectos, desde a pulverização da produção científica atual até como algumas abordagens isoladas e monotemáticas contribuem para a verticalização dos programas. Ambos os aspectos dificultam a incorporação dos resultados das pesquisas no âmbito local, onde o sistema necessita de soluções integradoras.

Dada a quantidade de mestrados profissionais que temos, atualmente em torno de 46% do total de PPGs, estamos dizendo claramente, que o tema da produção acadêmica a serviço do SUS é uma preocupação do campo – de suas instituições, seus pesquisadores e docentes. Isto está no nosso documento de área, no qual expressamos a obrigatoriedade desses mestrados em demonstrar a interface não só com os serviços, mas também com a atuação de seus estudantes, dos egressos e de sua produção, seja ela na forma de artigos científicos, protocolos, softwares, ou em outros produtos que gerem soluções para os problemas identificados nos serviços de saúde. O lado negativo é delegar essa tarefa unicamente ao mestrado profissional, eximindo os programas acadêmicos desse compromisso. Realmente, os programas acadêmicos devem ter algum nível de liberdade na produção do conhecimento que não precisa ser aplicado nem hoje nem amanhã, mas não quer dizer que um programa acadêmico pode ou deva se desvincular da Saúde Coletiva como um campo de práticas. Importante mesmo seriam os programas e suas linhas de pesquisas terem a capacidade de desenvolver produções com ambas as características, preferencialmente desenvolvidas pelas mesmas pesquisas, com produtos tanto científicos como técnicos que possam instrumentalizar mudanças no sistema de saúde.

ABRASCO: Outra inovação recente do SNPG são os programas interinstitucionais, mais conhecidos como Minter e Dinter. Qual a sua visão sobre essas experiências?

GW: Há boas experiências, mas acho que precisaríamos pensar e ter um sistema de avaliação específico. Não é querer burocratizar, mas em algum momento a gente deveria parar e discutir isso dentro da diretoria de avaliação. Mesmo internamente, o campo poderia formar uma comissão para avaliar as experiências realizadas até agora. Quais seriam os indicadores que precisaríamos construir? Pois você pode ter ido lá e qualificado os docentes, mas o que aconteceu com eles? A missão dos programas institucionais não termina na emissão do diploma.

ABRASCO: O fato de o novo diretor de avaliação da Capes, o professor Arlindo Philippi Jr., ser doutor em Saúde Pública favorece o campo da Saúde Coletiva?

GW: Ele é um homem muito ativo, cheio de ideias, mas ainda é muito pouco tempo para avaliar a gestão do professor Arlindo. O fato de ser um docente que ainda exerce atividades no Programa da FSP/USP e foi coordenador de área das Ciências Ambientais e da Interdisciplinar me faz esperar que ele tenha conhecimento e vivência próximas as da nossa área. Ele também chega numa época difícil em termos políticos e econômicos, com muitas restrições orçamentárias. Ele propôs a criação de dez grupos de trabalho compostos pelos coordenadores de área e os adjuntos para alimentar discussões e gerar soluções para o sistema de avaliação de PPG, o que pode ser bom. O perigo está sempre nos dois extremos: ou gerar critérios transversais a todas as áreas e que acabem não respeitando a diversidade de cada campo de conhecimento, ou o contrário, dar autonomia demais a cada área, com critérios tão diferentes que gerem um estranhamento e um sistema de avaliação amorfo. O que tem de existir é unidade na diversidade.

ABRASCO: Tudo o que falamos pode ser drasticamente mudado com a manutenção ou aprofundamento dos cortes das verbas da Agência, anunciado em julho. Como esse cenário econômico influencia a avaliação dos PPGs?

GW: Os cortes podem ter um impacto significativo e, apesar de ser linear, há programas que vão sentir mais, outros menos. Em termos de avaliação, uma preocupação dos coordenadores de área é avaliar o real impacto. Se a gente detectar alguma queda em publicações ou outros índices, vamos tentar entender. A gente fala de indicadores, mas a avaliação também tem um caráter qualitativo muito forte. Os números não podem ser vistos cruamente, têm de ser contextualizados e

quem tem de prover essa informação é o coordenador do programa. Se houver dificuldades motivadas pelo corte orçamentário, isto deve constar no relatório. Preocupo-me mais com o problema macro; saber quando voltaremos a ter os recursos que necessitamos. Aparentemente não haverá cortes em 2016, mas parece que não vai voltar a ser como era. Precisamos ir atrás de novas fontes de financiamento, pois hoje a solução não está na Capes.

ABRASCO: Entre tantos aspectos já conversados, quais desafios você destaca hoje como centrais à Saúde Coletiva?

GW: Em nossos fóruns e debates, a gente vai, volta e retorna ao tema da produção científica. Valorizar a produção científica está certo, pois expressa o ambiente de pesquisa e a capacidade de intervir na realidade. No entanto, sozinha, ela corresponde a 28% da avaliação. Então, quando conseguirmos desenvolver ótimos indicadores para aferir o trabalho discente, ótimos parâmetros para pensar o desempenho de professores e de pesquisadores, acho que naturalmente vamos equilibrar a avaliação e a produção científica não será vista como tão dominante. Temos de trabalhar nisso, a área tem alguma latitude de decisão. Ela não é total, tudo o que formos propor tem de ser avaliado pelo CTC, que pode até rejeitar, mas também pode aprovar e incorporar. Explorar novos indicadores e fortalecer nossa capacidade de avaliar os outros itens é uma forma de desmistificar a visão corrente da produção científica como o vetor central da avaliação.

Em curto prazo, para a avaliação que se avizinha daqui a um ano e meio, proponho que a gente faça as mudanças possíveis dentro do atual modelo

ABRASCO: Estamos às vésperas da 15ª CNS, tema deste primeiro número da Ensaios e Diálogos em Saúde Coletiva, tema da minha última pergunta. Qual contribuição a Pós-Graduação brasileira tem a oferecer na Conferência?

GW: A Pós-graduação em Saúde Coletiva não é outra coisa que não a própria Abrasco, instituição responsável pela estruturação do campo dentro do espaço acadêmico, da sociedade brasileira. A Abrasco estará na Conferência e, junto com seus associados, dará suas contribuições nos debates sobre o SUS à luz do crônico subfinanciamento, nas discussões sobre políticas de gestão e de recursos humanos - temas sobre os quais a pós-graduação se debruça o tempo todo. O nosso presidente, Gastão Wagner, é um docente permanente, professor titular do PPG da Unicamp, que a vida inteira fez suas pesquisas buscando contribuir para esse sistema. Ele é uma expressão significativa da PG brasileira, assim como somos todos nós, docentes e pesquisadores que estão militando na Saúde Coletiva e que têm o papel de pensar soluções para os problemas da saúde brasileira. Para sermos mais efetivos, a gente precisa conversar mais. Por isso, parabéns a iniciativa da revista. Um espaço para ler e conhecer as ideias de nossos professores é mais do que bem-vindo.